

# VERDADE, POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE: REFLEXÕES DE HANNAH ARENDT NO ENSAIO “VERDADE E POLÍTICA”

*TRUTH, POLITICS AND REPRESENTATION: HANNAH ARENDT'S  
REFLECTIONS IN THE “TRUTH AND POLITICS”*

**Willian Ribeiro**

Faculdade Diocesana São José, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i1.105>

**Resumo:** O presente artigo pretende investigar, através de pesquisa bibliográfica, o pensamento político de Hannah Arendt no ensaio “*Verdade e Política*” que compõe a coletânea “*Entre o Passado e o Futuro*”, em especial no que se refere aos conceitos de verdade, política e representatividade. A razão da abordagem dessa temática dá-se em virtude da retomada, por parte da autora, dessa dicotomia aparentemente vencida e obsoleta para analisar a relação da verdade com o poder no período moderno, incorporando à sua teoria o conceito de *representatividade*, na intenção de inaugurar uma filosofia política que pretenda a valorização da pluralidade humana e a conservação da verdade como garantia de perpetuação da política.

**Palavras-chave:** política; verdade; representatividade; pluralidade.

**Abstract:** This article aims to investigate, through bibliographic research, Hannah Arendt's political thought as presented in her essay “*Truth and Politics*”, which forms part of the collection “*Between Past and Future*”, with a focus on the concepts of truth, politics, and representation. The rationale for addressing this theme lies in the author's revisiting of this seemingly resolved and obsolete dichotomy to analyze the relationship between truth and power in the modern period, incorporating the concept of *representation* into her theory with the intention to establish a political philosophy that seeks to value human plurality and preserve the truth as a guarantee of the perpetuation of politics.

**Keywords:** politics; truth; representation; plurality.



## 1 Introdução

A verdade estabelece certezas em contextos de instabilidade. Em Hannah Arendt, refletir sobre a questão da verdade é buscar entendê-la como comumente os homens a entendem, ao mesmo tempo que se deve desconsiderar os constructos metafísicos que legam à verdade o teor transcendente herdado da cultura filosófica platônica, porque sua investigação se estende ao horizonte político na qual a verdade se insere sob a roupagem de fatos e de história.

Desse modo, ao admitir que a veracidade dos fatos desafia a atual configuração da política nos tempos modernos, Arendt empreendeu analisar os primórdios do conflito entre a Verdade e a Política, apontando que, desde Platão, a verdade se apresentou como fruto da reflexão do filósofo que, em conflito com a pluralidade da polis, foi interpretado na qualidade de um “bom para nada” e, por consequência, foi eliminado. Este conflito se expressa dentro dos textos platônicos, conforme as indicações de Hannah Arendt, na morte de Sócrates, que impeliu Platão à criação de conceitos que pudessem dar estabilidade aos assuntos políticos, mas que, em contrapartida, gera a *apolítica* e a primeira redação indiretamente referente ao citado conflito.

Em seguida, em observação à verdade pós-metafísica empreendida pela Modernidade, Arendt se utiliza da concepção vigente para investigar quais danos o poder político pode ocasionar à verdade; pois em um período em que os fatos se confundem com a opinião, se distorce a história, e geram-se crises sociais capazes de se desenrolar e implicarem em acontecimentos como os regimes totalitários na Europa, e ditatoriais no mundo inteiro.

Por fim, destaca-se o conceito de representatividade no pensamento arendtiano como resposta às instabilidades políticas e a questionamentos que versam sobre a dicotomia em debate, apontando uma possível harmonia ou incongruência teórica na obra da autora, em que se apresenta uma proposta de filosofia política capaz de valorizar a pluralidade – em contraste com a filosofia política do filósofo, que estabelece seus conceitos éticos –, em que pretende orientar-se sob a ótica do agente político.

## 2 A tensão entre filosofia e política

A reflexão arendtiana começa por apresentar o estilo pós-metafísico da concepção da verdade. A Era Moderna, desde Leibniz, acredita que a

verdade já não se dá e nem se revela, mas é produzida pela mente humana, de modo que denomina as verdades matemáticas, científicas e filosóficas enquanto verdades racionais, em contraste com a verdade factual, que ocorre em meio ao convívio humano (Arendt, 2017, p. 287). É nesse sentido que a pensadora estabelece “uma tensão entre a verdade como categoria metafísica e, em certa medida, atrelada à teoria do conhecimento, e o espaço público, que é uma categoria essencialmente política” (Araujo, 2024, p. 13), atestando que a verdade não possui caráter tão somente ontológico e epistemológico, como também possui caráter político e exerce um papel importante nas relações sociais.

Contudo, a despeito das várias facetas que a verdade possui, seja em seu sentido racional, que se estabelece pela ciência e pela filosofia, seja pelo sentido fatural, que se estabelece pelas ações humanas, a Verdade e a Política nunca coadunaram entre si. Porque o poder é capaz de infligir o silêncio e a extinção da verdade.<sup>1</sup>

A referida tensão, entretanto, não nasceu na Era Moderna. Na verdade, Arendt assinala que este conflito surgiu na Grécia Clássica, reportando-se ao princípio de toda a tradição filosófica ocidental.

O conflito entre verdade e política surgiu historicamente de dois modos de vida diametralmente opostos – a vida do filósofo, tal como interpretada primeiramente por Parmênides e, depois, por Platão, e o modo de vida do cidadão. Às flexíveis opiniões do cidadão acerca dos assuntos humanos, os quais por si próprios estão em fluxo constante, contrapunha o filósofo a verdade acerca daquelas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas e das quais, portanto, se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos (Arendt, 2017, p. 289).

A política é dada às opiniões maleáveis e fluentes, contraposta pela verdade absoluta e sempiterna do filósofo, que poderia dar cabo ao domínio público. E, tratando da dicotomia “verdade e política”, Arendt nos aponta a degradação da opinião e seu eventual equacionamento com a ilusão. E, ao afirmar que “é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder” (Arendt, 2017, p. 289), menciona o julgamento e execução de Sócrates, evento que se torna “o marco simbólico das hostilidades entre o filósofo e o político” (Duarte, 1993, p. 43).

---

1 Embora a ideia arendtiana de *poder* esteja vinculada à representatividade política (o poder legítimo), em alguns momentos a palavra “poder” deverá ser entendida de modo comum, expressando a capacidade de coação e de domínio.

Em sua obra anterior *Filosofia e Política* (1954), comenta Arendt (2002, p. 91),

Nossa tradição de pensamento político teve início quando a morte de Sócrates fez Platão desencantar-se com a vida na polis e, ao mesmo tempo, duvidar de certos princípios fundamentais dos ensinamentos socráticos. O fato de que Sócrates não tivesse sido capaz de persuadir os juízes de sua inocência e de seu valor, tão óbvios para os melhores e mais jovens cidadãos de Atenas, fez com que Platão duvidasse da validade da persuasão.

A execução de Sócrates, vista por Platão pela ótica dos perigos que a persuasão poderia suscitar no ambiente político, abriu o horizonte metafísico de sua filosofia. Era necessário um substituto para a *doxa*, algo que fugisse ao erro da opinião e da ilusão e aspirasse ao verdadeiro e ao absoluto.

Assim, um pensamento que postula a existência de um plano de conceitos eternos e imutáveis, em contato com a política – esta última caracteristicamente volátil, iludida e, por vezes, caótica –, dá-se em uma tentativa de solucionar a problemática apresentada. Contudo, abre-se ainda mais o abismo quando se institui o rei-filósofo platônico, porque, quando se instaura um regime que tenha por base conceitos e discursos inconteste – como a verdade auto evidente e coercitiva –, elimina-se a política.

Comenta Duarte (1993, p. 44-45),

Para Arendt, a filosofia política platônica é a primeira a sistematizar a concepção de que a vida política depende de governantes de governados, proclamando a distinção hierárquica entre aqueles que sabem e ordenam e aqueles que não sabem e obedecem, o que significava adequar a política às regras vigentes no espaço privado, próprias da relação entre o senhor e o escravo. Na cidade em que os filósofos são reais, redefine-se a noção grega de ação, não mais compreendida enquanto início e realização de algo novo por muitos, mas como execução das ordens proferidas por um só.

Mas a leitura arendtiana de Platão não se limita a algumas considerações acerca da hermenêutica do “filósofo da academia”, em referência a morte de seu mestre e a sua desilusão com a democracia. Hannah Arendt é ainda mais perspicaz ao analisar os textos platônicos, porque ela identifica um mal entendido no “Caso Sócrates”, uma vez que ele não tinha nada a ensinar porque nada sabia, e, ao aplicar a “arte da parteira”<sup>2</sup>, objetivou o encontro de seu interlocutor com a *verdade de sua*

---

2 Refere-se a Maiêutica socrática.

*própria doxa*, não pretendendo erigir construções metafísicas para além da política. Entretanto, a despeito da sua atuação precipuamente cidadã, Sócrates foi interpretado na qualidade de um *sophoi*<sup>3</sup>, isto é, um filósofo, inútil à política (Pereira, 2017, p. 33-34).

Observa, Pereira (2017, p. 34-35), que

Sócrates, ao propor a verdade da doxa, marca o tipo de verdade que cabe no espaço da pluralidade. No caso da verdade da doxa, é simplesmente dizer o que me parece; no caso da maiêutica socrática implica ajudar o indivíduo a dar a luz às suas próprias ideias, isto é, elucidar a veracidade da doxa, ou seja, dizer o que por si só se pensa. [...]. Assim, a verdade da doxa seria uma veracidade, algo que implicasse uma unidade entre a palavra dita e a doxa do indivíduo, uma espécie de coerência e consistência da opinião na expressão “verdade da doxa”, como algo que não se lança para uma verdade universal e absoluta.

E assim Arendt compreendeu Sócrates: não alguém que cujas ideias pretendesse contradizer as leis da pólis, mas uma figura que buscasse conciliar filosofia e política – enquanto um filósofo que entendia que o ato de refletir se faz no “eu comigo mesmo”, mantendo-se de acordo consigo mesmo, e que, no âmbito político, compreende que sua subjetividade é estruturante da pluralidade (Duarte, 1993, p. 48).

Contudo, o problema do “Caso Sócrates” não se encerra por aqui. A doutora constata que o mal entendido também parte do filósofo em questão. O que aconteceu foi que Sócrates não havia se atentado quanto ao perigo que havia na verdade da *doxa*. “A busca da verdade na *doxa* pode levar ao resultado catastrófico de sua completa destruição, ou de que aquilo que aparecera revele-se como uma ilusão” (Arendt, 2002, p. 105). E esse “mal entendido”, não captado por Platão, mas descrito por ele, embasou o conflito entre o Filósofo e a Pólis. E este empasse, por sua vez, perpassou o tempo e apresentou-se na modernidade sob nova roupagem.

### 3 Verdade e poder

Como se tornou evidente, tratar sobre a verdade não era, para Hannah Arendt, retornar a um mundo ideal e extrair dele o conceito

---

3 Na qualidade de *sophoi* estava o filósofo preocupado com as coisas extramundanas, a qual os gregos consideravam politicamente *good for nothing* (bom para nada). Esta é a apresentação com que Pereira nos brinda acerca do termo, por sua vez embasado em Hannah Arendt. In: PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *O problema da verdade na obra de Hannah Arendt*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2017, p. 33.

absoluto de “verdade”. Deve-se frisar que Arendt era teórica política, não filósofa. Entretanto, ao perceber as distinções modernas das diferentes naturezas da verdade, preocupou-se em discorrer sobre sua faceta fatural em relação com o poder. Tal decisão, de fato, dá-se não por uma desvalorização das verdades racionais e filosóficas, mas pela instabilidade característica do mundo moderno.

Nesse período histórico, o fio da tradição do pensamento político foi quebrado. Não se pensa, conseqüentemente, como na Antiguidade ou na Idade Média, em que a metafísica era valorizada em detrimento da realidade fenomênica, e possuía caráter coercitivo e regulador em relação a ação humana.

Por isso, em um contexto de transformação social<sup>4</sup>, em que o poder se expressa na dominação dentro das novas estruturas dos Estados modernos, Hannah objetiva “descobrir que dano é o poder político capaz de infligir à verdade” (Arendt, 2017, p. 287), desconsiderando as interpretações filosóficas tradicionais e se voltando para a perspectiva da verdade fatural, que ocorre não nos grandes tomos de filosofia, mas na realidade das relações humanas, em que a mesma pode ser pervertida, deturpada ou negligenciada conforme a conveniência do mais forte. E tais verdades, como fatos do passados, podem ser omitidos ou apagados da História.

Contudo, a despeito de tratar da dicotomia *Verdade e Política* e afirmar que, pelo menos aparentemente, na Modernidade este conflito desapareceu, Hannah Arendt nos explica que o embate entre a verdade fatural com a política hoje vigentes possuem semelhanças muito comuns. O interessante é observar que, em seus diversos gêneros, as verdades também possuem os seus contrários, que as impedem da compreensão e da autoevidência de que possuem. E, no tocante aos fatos, a questão é ainda mais sensível, porque os axiomas são incontestes e comprobatórios por si mesmos, bem como necessários; enquanto que os fatos são contingentes.

---

4 No livro *A condição humana*, Hannah Arendt comenta acerca das transformações políticas da Era Moderna, discorrendo sobre fenômenos que marcaram o período denominado “pré-moderno” que possibilitaram a nova forma de vivência social desses últimos cinco séculos. Desse modo, deve ser dada maior importância à evolução cartográfica, à invenção do telescópio por Galileu Galilei, e à Reforma Protestante, que viabilizaram aos homens a condensação do espaço geográfico para o seu melhor domínio; o desejo do desprendimento das contingências humanas com a conquista do espaço; e a eventual criação da moralidade fortemente ascética, que valoriza o trabalho em detrimento dos prazeres. Tais acontecimentos e linhas de pensamento propiciaram as crises políticas modernas. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro – Forense Universitária, 2009. p. 260.

E, além disso, deve-se destacar que, para a doutora, a inclinação do homem ao conhecimento e sua capacidade de raciocínio podem sempre resgatar as verdades racionais e filosóficas; mas a verdade fatural, uma vez deturpada, nunca poderia ser desvelada.

Sobre as modos da verdade e o problema da política no cenário moderno, comenta Arendt (2017, p. 288),

O contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância, como nas Ciências, ou ilusão e opinião como na Filosofia. A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais; e parece significativo, e um tanto estranho, que, no longo debate acerca desse antagonismo de verdade e política, desde Platão até Hobbes, ninguém, aparentemente, tenha jamais acreditado em que a mentira organizada, tal como a conhecemos hoje em dia, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade.

Embora os fatos possam ser coercitivos porque estão no âmbito da verdade incontestável, os mesmos apenas adentram os assuntos humanos mediante a interpretação do sujeito político. Por meio da interpretação dos fatos vistos ou vividos, os sujeitos formulam suas opiniões, porquanto que “a verdade fatural deve informar opiniões” (Arendt, 2017, p. 300). Não obstante, os homens possuem em si a liberdade para a má-fé e, ao direcionarem sua ação política para a prática da mentira e do cinismo, utilizam-se de sua capacidade de comunicação para propagar distorções da realidade.

Decerto a mentira organizada, no que respeita à ação, é um fenômeno marginal; o problema é que seu oposto, o mero enunciado dos fatos, não conduz a nenhuma espécie de ação e tende até, em condições normais, à aceitação das coisas como elas são (Arendt, 2017, p. 310).

Nesse sentido, percebe-se a verdade factual degradada e, por vezes, invalidada. Destaque-se que as opiniões devem figurar como as representações dos fatos para uma multiplicidade de homens que, em conjunto, debaterão seus pontos de vista, e assim se mostrarão agentes políticos atuantes na boa-fé e em prol do bem comum de toda a comunidade.<sup>5</sup> Porém, quando se adentra em um contexto comunitário

---

5 Apesar de afirmar que os fatos informam as opiniões correntes na vida em sociedade, de modo a instigar o posicionamento político, Arendt assevera que há fatos não passíveis de interpretação humana. O perigo de “interpretar” fatos como o posicionamento negligente da Igreja Católica frente ao nazismo durante a Segunda Guerra Mundial ou que a Alemanha invadiu a Bélgica no dia 04 de agosto de 1941, é fazer com que tais registros históricos incontestáveis entrem na classe de opiniões pessoais e não na qualidade e dignidade de verdades factuais, de modo que corra o risco de se reescrever a história.

marcado pela presença dos defensores de opinião, fincados na vontade de pertencer obstinadamente a um grupo fechado, liderados por uma ou outra figura e guiados por uma ideologia; ou mesmo na presente figura do mentiroso, que utiliza da capacidade humana de ação e de novidade, em virtude de suas pretensões utópicas de mudar o mundo, está a verdade fatual fadada à mentira e a política destinada ao caos.

Em diferentes partes de seu ensaio, mas de forma compreensível e coerente, Hannah Arendt comenta sobre o contexto apresentado acima, acentuando a fragilidade dos fatos de relevância política.

Sob determinadas circunstâncias, o sentimento de pertencer a uma maioria pode até encorajar o falso testemunho. Em outras palavras, na medida em que a verdade fatual se expõe às hostilidades dos defensores de opiniões, ela é pelo menos tão vulnerável como a verdade filosófica racional (Arendt, 2017, p. 301).

E, ao apontar o mentiroso como alguém livre da responsabilidade de dar explicações plausíveis – tal como deve fazer o filósofo em meio ao público – para ganhar credibilidade em suas mentiras, comenta Arendt (2017, p. 309-310),

O mentiroso, [...], não carece de uma acomodação equívoca semelhante para aparecer no palco político; ele tem a grande vantagem de estar sempre, por assim dizer, em meio a ele. Ele é um ator por natureza; ele diz o que não é por desejar que as coisas sejam diferentes daquilo que são – isto é, ele quer transformar o mundo. Ele tira partido da inegável afinidade de nossa capacidade de ação, de transformar a realidade, com a misteriosa faculdade que nos capacita a dizer “O sol brilha” quando chove a cântaros.

A mentira subverte a política. Desse modo, ao localizar a mentira organizada tanto em regimes totalitários como em governos que não prezam pelo estabelecimento da verdade, Hannah Arendt se preocupa em evidenciar os processos de destruição de sentido pelo qual a política se orienta no mundo em que ocorre. A distorção dos fatos, a propagação de mentiras e a eliminação do mínimo senso de realidade dos agentes políticos torna-se base para a ascensão da violência e do terror. Apaga-se, portanto, a distinção do que é real e fictício e cria-se imagens contingentes que visam substituir o real, gerando uma cadeia de destruição e reconstrução de mentiras – que pretendem ser verdades –, num processo, se não infinito, mas duradouro de instabilidade (Silva, 2021, p. 49-50).

De tal modo, em vista das crises políticas modernas, sobretudo no século XX, onde a mentira tornou-se pilar do êxito político, Hannah

Arendt abre-se à esperança de sua teoria da ação, e comenta (2017, p. 310-311),

Onde todos mentem acerca de tudo que é importante aquele que conta a verdade começou a agir; quer o saiba ou não, ele se comprometeu também com os negócios políticos, pois, na eventualidade de que sobreviva, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo.

Tal apontamento evidencia a positividade presente no pensamento arendtiano quanto ao problema político desses tempos. Falar a verdade, de forma ética e com boa fé, torna-se signo de esperança política.

## Política e representatividade

Muito se discute sobre o pensamento arendtiano quando versa sobre a tensão entre a verdade e política, ou entre a filosofia e política, ou, mais especificamente nas conceituações da própria autora, o conflito entre a *vita activa* e a *vita contemplativa* – estas últimas tão amplamente debatidas na obra *A condição humana*, onde a autora propõe uma análise fenomênica das condições em que a vida foi dada ao homem na Terra. O que acontece é que a autora retoma conflitos que parecem, aos olhos modernos, vencidos e incabíveis à reflexão, embora, na verdade, sejam ainda passíveis de discussão ao se realizar uma observação aprofundada da dinâmica política construída na Era Moderna, onde a verdade se torna arma do poder do tirano e do líder totalitário – por certo, não a verdade como tal, mas um invólucro para a mentira, que promove as ideologias amparadas pela “*raison d'état*” (Arendt, 2017, p. 315)<sup>6</sup>, e distorce todo o senso de realidade, minando a faculdade de julgar e, em consequência disso, resignando a capacidade humana de ação.

Em vista disso, dentre os muitos questionamentos levantados acerca do pensamento arendtiano contido no ensaio *Verdade e Política*, pode-se destacar: Hannah Arendt propõe efetivamente a polaridade entre a verdade e política?

No escrito em estudo, a doutora propõe que “o pensamento político é representativo” (Arendt, 2017, p. 299), explicando que a opinião representativa faz-se em consideração com variados pontos de vista acerca

6 Termo utilizado por Hannah Arendt para exprimir um gênero de mentalidade, que busca ser utilizado para dar razão a atos políticos inconcebíveis como o manuseio da propaganda para a distorção dos fatos nas muitas nações que empreendem a manutenção do poder pelo controle da verdade.

de um determinado tema, de modo a se fazer presente as posições daqueles que estão ausentes do debate político. Esse processo de representação não se assemelha à empatia ou à busca da posição de uma maioria, mas, como Arendt coloca, “de ser e pensar em minha própria identidade onde efetivamente não me encontro” (Arendt, 2017, p. 299).

Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas minhas conclusões finais, minha opinião (Arendt, 2017, p. 299).

Mas a representatividade só se efetua quando se abandona os interesses pessoais em prol do bem julgar ao se tratar dos negócios públicos. A despeito de que o agente político possa, solitariamente, formar uma opinião, ainda assim a representação política poderá ser possível em um mundo de interdependência universal, porque “a autêntica qualidade de uma opinião, como de um julgamento, depende do grau de sua imparcialidade” (Arendt, 2017, p. 300).

E ainda ao desenvolver suas ideias sobre opinião e a capacidade discursiva humana, comenta Arendt (2017, p. 300)

Em matéria de opinião, mas não em matéria de verdade, nosso pensamento é verdadeiramente discursivo, correndo, por assim dizer, de um lugar para outro, de uma parte do mundo para outra, através de todas as espécies de concepções conflitantes, até finalmente ascender dessas particularidades a alguma generalidade imparcial.

Desse modo, para responder à interrogação anteriormente afixada, é necessário admitir o papel da opinião na política. Não uma opinião eivada de individualismo e mentiras, mas interligada com a verdade dos fatos, pretendendo a qualidade de confiabilidade em suas proposições. Silva (2021, p. 85), ao tratar sobre algumas incertezas dentro do panorama teórico de Hannah Arendt, comenta que

o conjunto de seu pensamento político tende a refletir uma concepção de opinião que não é simplesmente “mera opinião”, uma vez que deve se encontrar fundamentada em bons argumentos, premissas racionais, pluralidade e um julgamento perspicaz, pendendo, desse modo, mais para a compreensão socrática.

Essas qualidades da opinião arendtiana sempre estiveram em segundo plano nas análises acerca do conflito aqui colocado,

e é esse o senso de verdade que se coloca no núcleo dessa investigação, propondo a possibilidade de tal concepção de verdade no pensamento

arendtiano, e visando a abrir caminho a reavaliação sobre como a pensadora vê a relação entre a verdade, aqui proposta e assim entendida, e a política (Silva, 2021, p. 84).

Portanto, a dicotomia latente entre Verdade e Política parece se abrandar, ou a teoria parece se contradizer, quando Hannah Arendt “avalia a validade das opiniões, permitindo certa convergência entre verdade e a opinião” (Silva, 2021, p. 84). E, desse modo, Arendt lança luzes a uma filosofia política que contemple a pluralidade (Silva, 2021, p. 85).

## Considerações finais

A verdade possui suma importância no contexto político atual. Em uma sociedade atomizada e dedicada ao trabalho, a atuação política e as tomadas de decisão estão em posse dos demagogos, déspotas e mentirosos.

Diante disso, a verdade assume a forma de inimiga da política. Em sua qualidade de auto evidência, não partilha da contingência das mentiras, mas é deturpada, por forças distorcivas, e transformada em opiniões e nas mais famigeradas mentiras. A opinião e a mentira, por seus turnos, adentram no âmbito político provocando o deslocamento do real, instaurando uma opacidade cada vez maior quanto aos fatos, gerando um ciclo estável de desinformação e ocasionando a gradativa perda da localização do agente político frente a realidade.

Portanto, no contexto em que quem fala a verdade começa a agir, o pensamento arendtiano, no que se refere à representatividade, possibilitada pela pluralidade humana, abre o horizonte conciliatório entre a verdade e a política. Quando se defende a verdade se garante a continuidade da história, e se preserva a política genuína embasada em relações sociais saudáveis e transparentes.

## Referências

ARAUJO, Leonardo Aires. **Acerca da verdade e da mentira em Hannah Arendt**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza, 2024.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro – Forense Universitária, 2009.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. 3 ed. Relume Dumará – Rio de Janeiro, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DUARTE, André. **Uma leitura arendtiana de Platão**. O que nos faz pensar. Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. v. 5, n. 07, (p. 41-50), 1993, Disponível em: v. 5 n. 07 (1993): Nº 7: maio de 1993 | O que nos faz pensar. Acesso em 29 mai. 2025 (online).

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. **O problema da verdade na obra de Hannah Arendt**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Kelly Janaina Sousa de. **Arendt e a permanência da verdade pública**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Florianópolis, 2021.